



A CAMPANHA PELA FEDERALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DA PARAÍBA PELO OLHAR DA IMPRENSA OFICIAL

Piêtra Germana Carvalho de Andrade Porpino
Universidade Federal da Paraíba – UFPB (Brasil)
Endereço eletrônico: pietraporpino@gmail.com

Charliton José dos Santos Machado
Universidade Federal da Paraíba – UFPB (Brasil)
Endereço eletrônico: charlitonlara@yahoo.com.br

Fernanda Tavares de Souza
Universidade Federal da Paraíba – UFPB (Brasil)
Endereço eletrônico: fernandagermanottass@gmail.com

92

INTRODUÇÃO

O ensino superior brasileiro não foi criado de forma centralizada. De forma geral, surgiu por meio de iniciativas de atores como os governos estaduais, setores religiosos ou elites locais. Foi com os governos populistas e a partir da prática das federalizações que o ensino superior federal passou por um surto de expansão iniciado na década de 1940 e que atinge seu ápice na década de 1960. 23 das 55 universidades federais que existem atualmente foram federalizadas nesse período (VASCONCELOS, 2007).

As federalizações, ou seja, o processo de transformação de instituições de ensino superior em órgão da administração indireta do Estado, foram fruto de lutas, acordos e conflitos de certos setores da sociedade. Considerando a diversidade do ensino superior nacional nesse primeiro momento constituída numa “aglutinação de escolas isoladas”, esses embates em prol da federalização também foram diversos, diferentes grupos atuaram em prol de seus interesses específicos.

A Universidade Federal da Paraíba é representativa dessa centralização pela qual o ensino superior brasileiro passou em meados do século XX. De acordo com Rodrigues (1986, p. 101) a então Universidade da Paraíba, criada em 1955, seguiu a fórmula geral em que os governos estaduais:

para satisfazer às pressões latentes ou manifestas (...) criavam como podiam uma universidade em seus domínios. Após instalada a universidade, premissa pelos gastos que a iniciativa implicava, o



governo estadual se empenhava por sua federalização, contando para tanto com o concurso dos agentes político-partidários.

Alinhados a esta tendência geral, a Paraíba empreendeu uma forte campanha em prol da federalização da sua Universidade, encabeçada pelo deputado paraibano Abelardo Jurema e conquistada a partir da Lei Nº 3.853, de 13 de dezembro de 1960. A aceitação das federalizações não era unânime na sociedade. Críticos a esse processo taxavam-no de “indiscriminado e oneroso”, feito “às grosas” por um Senado que “nem ao menos sabe o que está votando”¹. Mesmo assim, a federalização da Universidade foi recebida com entusiasmo e tida como marco de desenvolvimento para o estado e de um futuro próspero.

A pesquisa em andamento tem buscado esmiuçar esse tema, analisando como a federalização da então Universidade da Paraíba foi debatida na imprensa oficial do estado. Pretende-se identificar os atores envolvidos nessa discussão, analisar os obstáculos à federalização e detectar o debate político e educacional contido nas publicações a respeito da federalização.

Acredita-se que este trabalho poderá contribuir com o conhecimento histórico restrito (BRETAS, 2008; VASCONCELOS, 2007) a respeito da federalização do ensino superior, explorando com mais profundidade o caso paraibano. Outra motivação é o estudo mais aprofundado de um momento importante na trajetória da Universidade Federal da Paraíba. O tema suscita questionamentos pertinentes no contexto atual em que ataques ao ensino superior público e gratuito estão sendo cada vez mais frequentes no contexto nacional.

Este estudo nasceu no interior do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEDEBR – GT/PB, na Linha “História Intelectual, e dos Intelectuais, (Auto)Biografias e Estudos de Gênero”, sob a orientação do professor Charliton José dos Santos Machado.

METODOLOGIA

Para o embasamento teórico da pesquisa serão utilizados os debates sobre o uso da imprensa como fonte histórica. Compreender os periódicos como veículos parciais, não limitados a apresentar o que ocorre, mas como agente ativo na seleção, ordenação e

¹ Termos retirados de citações críticas às federalizações utilizadas por Rodrigues (1986).



narração do que elegem como acontecimento publicável é ponto de partida utilizado para analisar os impressos de forma adequada.

A fonte documental que fundamenta esta pesquisa são os impressos, mais precisamente, publicações a respeito da federalização da Universidade da Paraíba no jornal A União no ano de 1960. Essas publicações foram manipuladas e analisadas segundo a técnica da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (1977).

Selecionamos todas as publicações do jornal que se dedicavam a federalização da Universidade da Paraíba. Isso se deu com a análise presencial no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba localizado na FUNESC. Ao selecionar as publicações, efetuávamos a catalogação da notícia levando em conta o número da edição, número da página, data, título da publicação, localização na página e autoria da notícia. Após isso passamos para o tratamento do material: transcrição e categorização das publicações segundo o tipo de publicação, os atores mencionados, relevância dada à notícia e ausência/presença de debate político e educacional.

O último passo da pesquisa é a administração dos resultados após o tratamento de cada publicação, cruzando todas as informações levantadas e buscando formular inferências e interpretações a partir disto, ou seja, conferir significação as características e categorias levantadas sobre as fontes nos passos anteriores. A seguir, iremos abordar a análise de resultados da pesquisa realizada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a análise das publicações selecionadas foi possível identificar os atores envolvidos no debate e na campanha em torno da federalização da Universidade da Paraíba. O deputado do PSD Abelardo Jurema apareceu como o grande articulador da iniciativa, dominando expressivamente as publicações sobre o tema. Outras figuras tiveram presença recorrente nas fontes examinadas, como o presidente Juscelino Kubitschek e o Reitor Mário Moacyr Porto, lidos pela ótica de “A União” como elementos bastante significativos para o andamento do projeto.

A iniciativa correu de forma célere, provavelmente pela boa articulação que Abelardo Jurema tinha com o legislativo e os chefes do executivo estadual da Paraíba e da União. Desde o lançamento do Projeto de Lei (PL) até sua aprovação transcorreram pouco mais de cinco meses. Jurema tinha a intenção de tomar para si a causa da federalização, fazendo da “maior aspiração do seu mandato” seu grande feito político.



Os estudantes apareciam em algumas publicações e se constituíam como grupo de pressão em torno da iniciativa, mas de forma alguma lideraram a campanha, esta foi efetivamente realizada “de cima para baixo”. Foi um anseio das elites intelectuais e políticas muito mais do que uma vontade de setores populares.

Foram detectados alguns obstáculos à federalização que causaram impacto na opinião pública. Dentre eles podemos citar a emenda proposta pelos professores para se efetivarem como catedráticos sem a necessidade de concurso público, qualificado pelas publicações do periódico como emenda inconstitucional e que atrapalharia o andamento do PL, o que efetivamente ocorre no mês de dezembro. Outro ponto foram os obstáculos burocráticos impostos pelo deputado udenista João Agripino, provavelmente em decorrência de rivalidades político-partidárias com o partido da oposição – que encabeçava a causa da federalização da Universidade da Paraíba –, o PSD. Com a Universidade já federalizada o novo desafio para que a transformação se concretizasse foi a resistência de incorporação por parte de algumas escolas, sobretudo da Faculdade de Direito.

Além das dinâmicas políticas de poder, já explicitadas, houve a presença – tímida – de debates políticos e educacionais a respeito da federalização. A causa da federalização era defendida e valorizada, sobretudo, a partir da sustentação do argumento do desafogo dos cofres estaduais. Nas publicações do jornal analisado destaca-se a importância de direcionar esses recursos para o ensino básico, de forma a continuar a contribuir com o ensino superior, só que a partir daí, indiretamente.

Outro ponto destacado pelos redatores era o incremento dos recursos da instituição, possibilitando uma melhor remuneração do magistério, diminuição ou isenção de taxas para os alunos e uma melhor infraestrutura para a Universidade. Esses elementos eram considerados essenciais para efetivar um ensino de qualidade que, de acordo com os próprios universitários, para cumprir sua função, deveria estudar a sociedade e dialogar com a mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível identificar os atores envolvidos no debate e na campanha de federalização. O projeto tramitou de forma célere, em grande medida pela eficácia de Jurema dentro do jogo político. No entanto, surgiram alguns entraves à federalização como os obstáculos burocráticos impostos por João Agripino, a emenda para



professores das escolas se efetivarem como catedráticos e a resistência de algumas faculdades em se incorporarem à Universidade. Os debates educacionais a respeito do tema giravam em torno das melhorias obtidas indiretamente após o incremento dos recursos da instituição, da democratização do ensino superior e da função da Universidade de servir e dialogar com a sociedade.

Acredita-se que esta pesquisa pôde contribuir para o conhecimento histórico a respeito da federalização da Universidade da Paraíba e da federalização do ensino superior em geral, a partir da apresentação detalhada do caso particular paraibano. É de suma importância evidenciar as lutas que precisaram ser travadas em prol da constituição de um ensino superior federal no momento de estamos vivenciando de desvalorização do ambiente universitário. A configuração de um ensino superior federal diminui disparidades regionais, uniformizando as condições de fomento das mais diversas localidades de um país tão extenso quanto o Brasil.

Além disso, possibilitou a gratuidade do ensino, o que age em prol da sua legítima democratização. Esse ensino superior federal, público e gratuito têm sido alvo de reiterados ataques, consideramos que este trabalho age no sentido valorizar essa universidade a partir do resgate de sua trajetória.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior. Federalização. História da Educação.

BIBLIOGRAFIA

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRETAS, Silvana. A política da federalização dos estabelecimentos de ensino superior e a criação da Universidade Federal do Sergipe (1950-1970): uma contribuição ao debate histórico. **V Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2008, Aracaju. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/828.pdf> Acesso em 28 nov. 2020.

RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Sociedade e Universidade: um estudo de caso**. João Pessoa: SEC/PB, 1986.

VASCONCELOS, Isamara Martins. **A federalização do ensino superior no Brasil**. 2007. 131 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) -Universidade de Brasília. Brasília, 2007.